

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRAR E INVENTARIAR
RIO DE JANEIRO - RJ



Custos R\$
Total: 594,95

871791-5ºRTD



001 871791-5ºRTD 14/07/2012 10:08:42 0,20 (Público) 21,27 (Privado)
Registração em nome e datação em 24/08/12



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM
SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA USINA SOBRASIL S.A.

celebrado entre

USINA SOBRASIL S.A.
como Emissora;

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
como Agente Fiduciário; e

CANABRAVA BIOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
como Controladora da Emissora e Avalista

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA
23 AGO 12 1157241
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

Datado de 22 de agosto de 2012



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

24 AGO 12 871791

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA USINA SOBRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **USINA SOBRASIL S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Abelardo Gomes Terra, n.º 24 (Parte), Parque Santo Amaro, CEP. 28.030.095, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.695.664/0001-90, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0030293-0, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como Emissora;
- (ii) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, inscrita no NIRE sob o n.º 352.00.099.573, com atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento como Agente Fiduciário, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente Emissão; e
- (iii) **CANABRAVA BIOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 700, bloco 06 - sala 148 (parte), CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.444.841/0001-00, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0030022-8, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, Controladora da Emissora e nomeada neste instrumento como sua Avalista;

Vêm, por meio desta e na melhor forma do direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, em Série Única, Nominativas e Escriturais, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da USINA SOBRASIL S.A., em observância às seguintes Cláusulas e condições:

2

OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME, NO

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

25/08/2012

24 AGO 12 871791

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

1.1 Para todos os fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, todos os termos abaixo iniciados com letra maiúscula, utilizados no corpo da presente Escritura de Emissão, terão os significados que lhes são atribuídos abaixo. Adicionalmente, a menos que o contexto disponha de outra forma: (i) os títulos são inseridos apenas por conveniência e não afetam sua interpretação; (ii) as referências a Cláusulas e/ou itens devem ser interpretadas como referências às Cláusulas e/ou itens deste documento; (iii) palavras no singular terão o mesmo significado no plural, e vice-versa; e (iv) referências a qualquer dispositivo legal ou regulamentar devem ser interpretadas como referências a tais dispositivos conforme em vigor à época de assinatura desta Escritura de Emissão.

"AGE":	Significa a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 01 de agosto de 2012, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que autorizou a realização, bem como os termos e condições, da Emissão;
"Agente Fiduciário":	Significa o agente fiduciário da Emissão, a SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA. , sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, inscrita no NIRE sob o n.º 352.00.099.573, com atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
"Álcool Química":	Significa Álcool Química Canabrava S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem número, Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.627.254/0001-58, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0028741-8, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA.
"Alienação Fiduciária de Ações":	Significa a alienação fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da totalidade das ações de emissão da Emissora, formalizada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
"Alienação Fiduciária de Maquinário":	Significa a alienação fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante

99-OFICINA DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
1º 314 - 2º ANDAR



PROFICIO

24 AGO 12 871791

	dos Debenturistas, das máquinas, equipamentos e outros bens localizados na planta industrial da Unidade Produtiva Isolada da antiga Usina Santa Cruz adquirida no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, conforme formalizada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário;
"Amortização":	Significa o Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures amortizado em 7 (sete) parcelas anuais e consecutivas conforme a tabela constante da Cláusula 5.20.1;
"ANBIMA":	Significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
"Aquisição UPI":	Significa a aquisição, pela Emissora, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, e 141, II da Lei de Recuperação de Empresas e do artigo 133, 5º do Código Tributário Nacional, do conjunto de bens e direitos relacionados à atividade de processamento de cana-de-açúcar, produção de açúcar e etanol e seus demais subprodutos que constituem a UPI;
"Área de Implantação":	Área de 112.300 m ² (cento e doze mil e trezentos metros quadrados) situada no quilometro 7,5 (sete e meio) da RJ-158 (Campos - São Fidélis), no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra instalada a UPI;
"Assembleia Geral de Debenturistas":	Significa a Assembleia Geral de Debenturistas na forma descrita no Capítulo IX desta Escritura;
"Atualização Monetária":	Significa a atualização monetária das Debêntures desde a Data de Emissão, incidente sobre cada Parcela de Amortização, pela variação do IPCA/IBGE, de acordo com o quadro da Cláusula 5.20.1 desta Escritura;
"Aval":	Significa o aval prestado pela Avalista, nos termos dos artigos 897 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 30 e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, aprovada pelo Decreto n.º 57.663, de 24 de janeiro de 1966;
"Avalista" ou "Controladora":	Significa a controladora e avalista da Emissora na Emissão, a CANABRAVA BIOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida das Américas, n.º 700, bloco 06, sala 148 (parte), CEP 22.640-100, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.444.841/0001-00, inscrita no NIRE sob o

silk



24 AGO 12 871791

n.º 33.3.0030022-8, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;	
<u>"Aviso aos Debenturistas"</u> :	Significa todo e qualquer fato relevante, relativo à presente Emissão de Debêntures, a ser divulgado aos Debenturistas nos termos da presente Escritura de Emissão;
<u>"Banco Mandatário"</u> :	Significa o banco mandatário da Emissão, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Pça. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<u>"Câmara FGV"</u> :	Significa a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro;
<u>"Cessão Fiduciária da Conta Vinculada"</u> :	Significa a cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de (i) determinados direitos creditórios detidos contra a Álcool Química, que serão depositados na Conta Vinculada, incluindo todos os recursos de tempos em tempos mantidos na Conta Vinculada; e (ii) todos os investimentos e produtos de propriedade da Emissora, depositados de tempos em tempos na Conta Vinculada, incluindo juros, dividendos, prêmios e outros rendimentos derivados de tais fundos e investimentos e tudo que for recebido mediante cobrança, troca, venda ou qualquer disposição de tal propriedade, e todos e quaisquer ativos recebidos, recebíveis ou de outra forma distribuídos com relação a tais investimentos e aos documentos ou instrumentos relacionados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
<u>"Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"</u> :	Significa a cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de: (i) direitos creditórios, especificados no Contrato de Venda de Melaço, decorrentes da comercialização de melaço; (ii) recursos mantidos na Conta Vinculada; e (iii) recursos mantidos no Fundo de Liquidez, formalizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791



"CETIP":	Significa a CETIP S.A. - Mercados Organizados;
"CNPJ/MF":	Significa Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
"Código Civil":	Significa a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
"Código de Processo Civil":	Significa a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
"Código Tributário Nacional":	Significa a Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1966, conforme alterada;
"COFINS":	Significa a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
"Comunicação de Resgate":	Significa a publicação de aviso aos Debenturistas, a ser amplamente divulgado nos Jornais de Publicação, nos termos desta Escritura de Emissão, pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, acerca de evento de resgate a ser efetuado;
"Condição Suspensiva":	Significa a condição suspensiva prevista na Cláusula 3.1 que deve ser integralmente implementada para que a Emissora possa proceder ao registro e negociação das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.5;
"Conflito":	Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a esta Escritura de Emissão envolvendo qualquer uma das Partes;
"Conta Banco Mandatário":	Significa a conta corrente n.º 01465-2, Agência 2040, mantida junto ao Banco 341, de titularidade da Instituição Escriuradora;
"Conta Livre Movimentação":	Significa a conta corrente n.º 37480-1, Agência 0463, mantida junto ao banco n.º 341, Banco Itaú S.A., de titularidade da Emissora, livremente movimentável pela Emissora;
"Conta Vinculada":	Significa a conta corrente n.º 08362-5, do Itaú Unibanco S.A., Banco n.º 341, Agência n.º 8541, de titularidade da Emissora, na qual serão depositados os recursos financeiros advindos do Contrato de Venda de Melaço. A Conta Vinculada será movimentada exclusivamente pelo Itaú Unibanco S.A., nos termos da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Depósito Vinculado;
"Contrato de	Significa o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
314-22 ANDAR



24AGO12 871791

<u>"Alienação Fiduciária de Ações":</u>	<i>Ações em Garantia e outras Avenças, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora, a Controladora, a Fiduciante 2 e o Agente Fiduciário, por meio do qual foi constituída a Alienação Fiduciária de Ações;</i>
<u>"Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário":</u>	<i>Significa o Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas, Equipamentos e Outros Bens em Garantia, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual foi constituída a Alienação Fiduciária do Maquinário;</i>
<u>"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios":</u>	<i>Significa o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e outras Avenças, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora, a Álcool Química e o Agente Fiduciário, por meio do qual foram constituídas a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada;</i>
<u>"Contrato de Compra e Venda de Unidade Produtiva Isolada"</u>	<i>Significa o Contrato de Compra e Venda de Unidade Produtiva Isolada celebrado em 11 de Junho de 2012, entre a Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, a Agrisul Agrícola LTDA., a Energética Brasilândia LTDA., a Jotapar Participações LTDA., e a Controladora;</i>
<u>"Contrato de Depósito Vinculado":</u>	<i>Significa o Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A.;</i>
<u>"Contrato de Distribuição":</u>	<i>Significa o Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantia Real e com Garantias Adicionais, da Usina Sobrasil S.A sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora, a Controladora e Avalista e o Coordenador Líder;</i>
<u>"Contrato de Venda de Melaço":</u>	<i>Significa o Contrato de Compra e Venda de Melaço de Cana-de-Açúcar, celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Álcool Química e a Emissora;</i>
<u>"Coordenador" ou "Coordenador Líder":</u>	<i>Significa a ASM Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede na</i>

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23AGO12 1157241

RUA BOA VISTA
316-1 ANDAR



24 AGO 12 871791

	Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 700, Bloco 6, Grupo 148 e Sala 235, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.678.955/0001.28, inscrita no NIRE sob o n.º 33.2.0613117-5, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;
"CVM":	Significa a Comissão de Valores Mobiliários;
"Data de Aniversário":	Significa todo o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir da Data de Emissão, até a Data de Vencimento. Caso o dia 15 (quinze) do mês não seja um Dia Útil, a Data de Aniversário deve ser prorrogada para o 1º (primeiro) Dia Útil, imediatamente subsequente;
"Data de Emissão":	Para todos os efeitos legais, a data de emissão será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado, após o implemento da Condição Suspensiva;
"Data de Pagamento":	Significa cada uma das datas anuais de amortização, conforme Cláusula 5.20.1 desta Escritura;
"Data de Resgate Antecipado":	Significa qualquer data em que for efetivado o resgate antecipado total das Debêntures, pela Emissora;
"Data de Vencimento":	Significa a data de vencimento das Debêntures, qual seja 15 de dezembro de 2020;
"Data de Verificação do Fundo de Liquidez":	Significa todo o dia 15 de agosto de cada ano a partir de 2014, incluindo este;
"Debêntures":	Significam as debêntures relativas à presente Emissão;
"Debêntures em Circulação":	Significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora;
"Debêntures em Circulação - Assembleia":	Significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (direta ou indiretamente); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas;
"Debenturista":	Significam os titulares das Debêntures;
"Itaú Unibanco" ou "Agente"	Significa o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, com sede

9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
144 - JARDIM ANHEAR



24 AGO 12 871791

<u>"Depósito":</u>	na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, contratado conforme o Contrato de Depósito Vinculado;
<u>"Dia Útil":</u>	Significa todo e qualquer dia, exceto sábados, domingos, e dias em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na cidade de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, ressalvados os procedimentos realizados pela ou junto à Cetip onde serão considerados com dias úteis os dias diferentes de sábado, domingo e feriados nacionais;
<u>"Direitos Creditórios":</u>	Significa todos os direitos creditórios, especificados no Contrato de Venda de Melaço, decorrentes da comercialização de melaço;
<u>"Direitos Creditórios Elegíveis":</u>	Significa, indistintamente, os direitos creditórios advindos de qualquer dos seguintes contratos: (i) contratos de compra e venda de açúcar que venham a ser celebrados pela Emissora; (ii) novos contratos de compra e venda de melaço que venham a ser celebrados pela Emissora; (iii) contratos de arrendamento que venham a ser celebrados pela Emissora; e (iv) contratos de compra e venda de ativos fixos da Emissora que venham a ser celebrados pela Emissora;
<u>"Documentos da Operação":</u>	Significam, quando mencionados em conjunto, (i) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário; (iii) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iv) o Contrato de Distribuição; (v) esta Escritura de Emissão; (vi) o Contrato de Depósito Vinculado; e (vii) quaisquer outros documentos celebrados ou a serem celebrados no âmbito desta Emissão;
<u>"EHC":</u>	Significa Etanol Hidratado Carburante;
<u>"Emissão":</u>	Significa a presente Emissão de Debêntures;
<u>"Emissora":</u>	Significa a emissora da Emissão, a USINA SOBRASIL S.A. , sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Abelardo Gomes Terra, n.º 24 (Parte), Parque Santo Amaro, CEP. 28.030.095, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.695.664/0001-90, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0030293-0, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

<u>"Escritura de Emissão" ou "Escritura":</u>	Significa o presente <i>Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, em Série Única, Nominativas e Escriturais, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Usina Sobrasil S.A.</i>
<u>"Evento de Vencimento Antecipado":</u>	Significa todo e qualquer evento de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.34.1 desta Escritura;
<u>"Fiduciante 2"</u>	Significa Priscila Assis Schueler de Carvalho, brasileira, solteira, economista, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida das Américas, n.º 700, bloco 06, sala 148 (parte), CEP 22.640-100, portadora do documento de Identidade n.º 09.958.986-3 IFP/RJ, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 033.959.827-18;
<u>"Fundo de Liquidez":</u>	Significa a retenção dos valores depositados na Conta Vinculada para a formação de um fundo de liquidez, que deverá ser equivalente a, no mínimo, o valor da próxima parcela vincenda atualizada acrescida dos Juros Remuneratórios, nos termos da presente Escritura de Emissão;
<u>"Garantias":</u>	Significam (i) a Alienação Fiduciária de Ações; (ii) a Alienação Fiduciária de Maquinário; (iii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (iv) a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada; e (v) o Aval, quando mencionadas em conjunto;
<u>"Garantias Reais":</u>	Significam (i) a Alienação Fiduciária de Ações; (ii) a Alienação Fiduciária de Maquinário; (iii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e (iv) a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, quando mencionadas em conjunto;

23 AGO 12 1157241

SE OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

24 AGO 12 871791

OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

"Índice de Atualização Monetária":	Significa o IPCA/IBGE;
"Instituição Escrituradora":	Significa a instituição depositária das Debêntures, Itaú Corretora de Valores S.A., Instituição com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64;
"Instrução CVM n.º 28":	Significa a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
"Instrução CVM n.º 358":	Significa a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;
"Instrução CVM n.º 400":	Significa a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
"Instrução CVM n.º 409":	Significa a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
"Instrução CVM n.º 476":	Significa a Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
"Investidores Qualificados" ou "Investidores":	Significam aqueles investidores definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476, e nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
"Investimentos Permitidos":	Significa o conjunto de investimentos que podem ser realizados pelo Agente Depositário, mediante instrução da Emissora, conforme listado no Anexo II do Contrato de Depósito Vinculado, e nos termos da presente Escritura de Emissão;
"IPCA/IBGE":	Significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido e divulgado pelo IBGE;
"ISS":	Significa o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
"Jornais de Publicação":	Significa o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e o jornal "Diário Mercantil";
"JUCERJA":	Significa a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;

24 AGO 12 871791



<u>Juros Remuneratórios</u> :	Significa 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de acordo com a Cláusula 5.18 desta Escritura;
<u>Lei das Sociedades por Ações</u> :	Significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
<u>"Lei de Recuperação de Empresas"</u> :	Significa a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
<u>"Mudança Material Adversa"</u> :	Significa a mudança que, a critério exclusivo dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, seja considerada materialmente adversa nos negócios e/ou na situação econômica da Emissora, da Avalista e/ou demais controladores;
<u>"Obrigações Garantidas"</u> :	Significam todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora por meio dos Documentos da Operação e suas posteriores alterações, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, as quais serão atualizadas e remuneradas na forma definida nesta Escritura de Emissão, bem como em todos e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos;
<u>"Oferta Restrita" ou "Oferta"</u> :	Significa a presente oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476;
<u>"Parcela de Amortização"</u> :	Significa a parcela de amortização do Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures, conforme definido na Cláusula 5.20.1 desta Escritura;
<u>"Parte" ou "Partes"</u> :	Significa a Emissora, o Agente Fiduciário e a Controladora denominados conjuntamente ou individual e indistintamente, conforme aplicável;
<u>"Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios"</u> :	Significa a periodicidade anual, após o Período de Carência, conforme Cláusula 5.19 desta Escritura;
<u>"Período de</u>	Significa o período compreendido entre a Data de Emissão e

9º OFÍCIO DE ARQUIVAMENTO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23460 28 1157241

RUA BOA VISTA
1314-2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

24AGO12 871791

<u>Carência</u> :	15 de dezembro de 2014, após o qual, se iniciará o pagamento da Amortização, Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, devidos ao(s) Debenturista(s), conforme Datas de Pagamento previstas na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo;
<u>"Período de Cura"</u> :	Significa a extensão de prazo concedida à Emissora para o adimplemento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas;
<u>"PIS"</u> :	Significa o Programa de Integração Social.
<u>"Reais"</u> :	Significa a moeda oficial corrente no Brasil;
<u>"Recursos Depositados"</u> :	Significam (a) os Direitos Creditórios, acrescidos de todos os juros, remunerações, rendimentos e outras distribuições e pagamentos incidentes ou devidos sobre os mesmos, deduzidos quaisquer valores liberados, debitados, transferidos ou pagos de acordo com a presente Escritura de Emissão e com o Contrato de Depósito Vinculado (b) os recursos mantidos na Conta Vinculada; e (c) os recursos mantidos no Fundo de Liquidez;
<u>Remuneração</u> :	Significa a Atualização Monetária e os Juros Remuneratórios, a que farão jus as Debêntures, a partir da Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 5.15 da Escritura;
<u>"SDT"</u> :	Significa o SDT - Módulo de Distribuição de Títulos administrado e operacionalizado pela CETIP;
<u>"SND"</u> :	Significa o SND - Módulo Nacional de Debêntures administrado e operacionalizado pela CETIP;
<u>"Termo de Transferência dos Ativos"</u> :	Significa o termo por cuja assinatura transfere-se a posse e a propriedade dos ativos que constituem a UPI, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Unidade Produtiva Isolada.
<u>"Tribunal Arbitral"</u> :	Significa o tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil responsável pela arbitragem a ser realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara FGV para a solução do Conflito;
<u>"UPI"</u> :	Significa a Unidade Produtiva Isolada da antiga Usina Santa Cruz localizada em Campos dos Goytacazes, alienada judicialmente no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.995.097/0001-45 que tramita na 8ª Vara Cível do Fórum de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo, sob o

SA OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23AGO12 1157241

RUA BOA VISTA
1157241-2º ANDAR

24 AGO 12 871791



"Valor Depositado de Integralização":

n.º 576.01.2009.069677-5/000000-000;

Significam os recursos captados por meio da Emissão, que serão disponibilizados pelo(s) Debenturista(s) ao Coordenador, através da CETIP, e depositados pelo Coordenador para a Emissora, tão logo ocorra a integralização das respectivas Debêntures(s) adquiridas pelo(s) Debenturista(s), no valor total de até R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais);

"Valor Nominal Unitário":

Significa o valor nominal unitário das Debêntures que, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

"Valor Nominal Unitário Atualizado":

Significa o Valor Nominal Unitário atualizado nos termos da Cláusula 5.13.2 desta Escritura;

CAPÍTULO II - AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização aprovada em AGE, na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (ii) a autorização das Garantias prestadas pela Emissora; e (iii) a autorização à Diretoria da Emissora, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 O Aval, a Alienação Fiduciária de Ações, a Alienação Fiduciária de Maquinário, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada foram aprovados, conforme o caso, pela: (i) AGE, e (ii) reunião de diretoria da Controladora e Avalista realizada em 01 de agosto de 2012.

CAPÍTULO III - REQUISITOS

As Debêntures serão emitidas e a Oferta será realizada em observância aos seguintes requisitos:

3.1 Implemento da Condição Suspensiva

3.1.1 A Emissão aqui prevista, bem como todos os Documentos da Operação, estão sujeitos à seguinte condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro:



5709010

24 AGO 12 871791

aprovação, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), da operação de Aquisição UPI pela Emissora no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do presente contrato.

3.1.2 A Emissora deverá notificar, em até 1 (um) Dia Útil contado de sua ocorrência, o Agente Fiduciário a respeito (i) da aprovação, pelo CADE, respeitado o prazo de recurso ou avocação determinado pelo CADE, da operação de Aquisição UPI pela Emissora; ou (ii) da impossibilidade do implemento da Condição Suspensiva, sendo que neste último caso, esta Escritura de Emissão e todos os Documentos da Operação serão resolvidos de pleno direito, nada sendo devido por uma Parte à outra, arcando cada uma com eventuais custos já incorridos.

3.1.3 Somente após o implemento da Condição Suspensiva, a Emissora poderá proceder ao registro e distribuição das Debêntures previstas na Cláusula 3.5 abaixo.

3.2 Registro na CVM e na ANBIMA

3.2.1 A presente Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e, portanto, está automaticamente dispensada do registro de distribuição pública na CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476.

3.2.2 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Oferta Restrita, nos termos do artigo 25, §1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3.3 Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da AGE

3.3.1 A ata da AGE que deliberou a emissão será arquivada na JUCERJA e será publicada nos Jornais de Publicação, nos termos do artigo 62, inciso I e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 Registro da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; Constituição das Garantias Reais

3.4.1 A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, e entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

UN. OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NO

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
N.º 314 - 2º ANDAR

Assinaturas manuscritas.



5º OFÍCIO
24 AGO 12 871791

REGISTRADO E MICROFILMADO

As Garantias Reais foram aprovadas na AGE e/ou em reunião de diretoria da Controladora e Avalista, conforme o caso, e serão devidamente constituídas mediante o registro da Alienação Fiduciária de Ações, da Alienação Fiduciária de Maquinário e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Os documentos citados nesta Cláusula serão entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

- 3.4.3 A assinatura e registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, o registro da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações da Emissora, com a consequente constituição das garantias objeto dos referidos instrumentos, são condições para a realização da Emissão.

3.5 Registro para Distribuição e Negociação

- 3.5.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP; sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.5.1.1 Caso os Debenturistas venham a solicitar a retirada das Debêntures da custódia do SND da CETIP, o registro será realizado pela Instituição Escriuturadora.

- 3.5.2 As Debêntures são destinadas apenas a Investidores Qualificados.

3.5.2.1 Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM n.º 476, as Debêntures serão ofertadas pelo Coordenador a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

- 3.5.3 A Oferta será encerrada quando (i) da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados, ou (ii) da subscrição e integralização parcial das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador.

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR



2º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

3.5.3.1 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM n.º 476, o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do seu encerramento, devendo a referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores e conter as informações indicadas no Anexo I da Instrução CVM n.º 476.

3.5.3.2 Caso a Oferta não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses da data de seu início, o Coordenador deverá realizar a comunicação prevista na Cláusula 3.5.3.1 acima, com os dados disponíveis à época, complementando-o semestralmente até o seu encerramento.

3.5.4 As Debêntures da presente Emissão, ofertadas nos termos da Oferta, somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição das Debêntures pelos Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.5.4.1 As Debêntures da presente Oferta somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei n.º 6.385, de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 400 e apresente prospecto da Oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA, DESTINAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Objeto Social e Geração de Receltas da Emissora

4.1.1 A Emissora tem como objeto social, exclusivamente, o propósito específico de efetuar a aquisição, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, e 141, II da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e do art. 133, §1º do Código Tributário Nacional, do conjunto de bens e direitos relacionados à atividade de processamento de cana-de-açúcar, produção de açúcar e etanol e seus demais subprodutos que constituem a UPI, no âmbito da recuperação judicial da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.995.097/0001-45 que tramita na 8ª Vara Cível do Fórum de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo, sob o n.º 576.01.2009.069677-5/000000-000. Além disso, a Emissora poderá desenvolver todas as atividades inerentes à UPI, tão logo tenha ocorrido a sua aquisição, incluindo, mas não se limitando, à plantação, compra e



OFÍCIO

24 AGO 12 871791

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 115724

comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados, produção e comércio de cortes de cana-de-açúcar para reprodução, processamento industrial da cana-de-açúcar, produção, refino, venda no atacado e no varejo de produtos alimentícios e derivados in natura a partir do açúcar cristal, açúcar VHP, açúcar branco, açúcar mascavo, resíduos pulverizados de cana-de-açúcar, xarope de cana-de-açúcar, melaços, resíduos de cana-de-açúcar e leveduras, destilação de etanol a partir do processamento de cana-de-açúcar, geração combinada de energia elétrica a partir de biomassa, comércio no atacado de etanol, comércio de energia elétrica, comércio de créditos de carbono, transporte de cana-de-açúcar e seus derivados, serviços agrícolas suplementares e serviços de armazenamento de derivados de cana-de-açúcar.

4.1.1.1 A Emissora é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída em 12 de junho de 2012, para fins de cumprimento do seu objeto social utilizando os recursos da presente Emissão, sendo controlada pela Controladora, que neste ato, concorda integralmente com os termos e condições da presente Emissão.

4.1.2 A Emissora terá como principais receitas aquelas relacionadas à (i) venda de açúcar; e (ii) venda de melão.

4.2 Dos Recursos Captados por meio da Emissão das Debêntures

4.2.1 Com a supervisão do Coordenador, o Valor Depositado de Integralização, que será disponibilizado pelo Debenturista para o Coordenador, através da CETIP, será depositado pelo Coordenador para a Emissora, na Conta Livre Movimentação, de titularidade da Emissora.

4.2.2 Os recursos captados por meio da Emissão, conforme Cláusula 4.2.1 acima, serão destinados (i) ao pagamento de parcela do preço de Aquisição UPI, conforme Contrato de Compra e Venda de Unidade Produtiva Isolada; (ii) ao pagamento pelo arrendamento das terras onde se encontra instalada a UPI; (iii) aos investimentos na UPI destinados à produção de açúcar, melão, EHC e seus derivados ou semelhantes; (iv) ao pagamento pelo arrendamento de terras para o cultivo de cana-de-açúcar; (v) ao pagamento das despesas operacionais e capital de giro da Emissora; e (vi) ao pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão.

4.3 Do Depósito, Destinação e da Movimentação dos Direitos Creditórios

4.3.1 Do recebimento dos Direitos Creditórios e dos Recursos Depositados na Conta Vinculada



1º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRADO EM MICROFILME

A Emissora, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recebíveis decorrentes do Contrato de Venda de Melaço sejam pagos em moeda corrente nacional e sejam depositados exclusivamente na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado e desta Escritura.

4.3.1.2 Com a supervisão do Agente Fiduciário, será depositado pela Álcool Química, nos termos do Contrato de Venda de Melaço, na Conta Vinculada, o montante estimado, de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano durante o prazo de vigência das Debêntures;

4.3.1.3 Os Direitos Creditórios são baseados em estimativas, podendo variar de acordo com condições de mercado e com a produção da Emissora nos termos do Contrato de Venda de Melaço.

4.3.1.4 Fica desde já estabelecido que a Emissora terá o direito de alterar, aditar e/ou renegociar o Contrato de Venda de Melaço, bem como substituir os Direitos Creditórios, por Direitos Creditórios Elegíveis, a seu exclusivo critério, independentemente de aprovação do(s) Debenturista(s) ou do Agente Fiduciário, desde que os novos recebíveis, conjunta ou isoladamente, sejam suficientes para a formação do Fundo de Liquidez, conforme Cláusula 4.3.4 abaixo, a cada ano, bem como para manutenção do percentual mínimo de garantia conforme percentual indicado na Cláusula 4.3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Caso ocorra a alteração, e/ou o aditamento e/ou a renegociação dos Direitos Creditórios, conforme o caso, conforme disposto na Cláusula 4.3.1.4 acima, a Emissora se obriga a notificar, o Agente Fiduciário e o Agente Depositário, por escrito, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data da realização da alteração, e/ou do aditamento e/ou da renegociação, conforme o caso, devendo o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data em que for notificado, nos termos desta Cláusula, notificar o(s) Debenturista(s) acerca da alteração, e/ou do aditamento e/ou da renegociação.

4.3.2 Da movimentação da Conta Vinculada

4.3.2.1 O Agente Depositário deverá manter os Recursos Depositados em sua posse e somente procederá à liberação ou transferência, de parte ou do todo, dos Recursos Depositados mediante:

[Handwritten signatures]

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

4.3.1.4
RUA BOA VISTA
314-2º ANDAR



24 AGO 12 871791

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

- (i) o recebimento pelo Agente Depositário de notificação de transferência, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado; ou
- (ii) o recebimento pelo Agente Depositário de ordem judicial ou arbitral proferida por juízo competente, determinando a liberação dos recursos nos montantes e para o beneficiário estabelecido na referida ordem judicial ou arbitral, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado.

Com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência a cada Data de Pagamento das parcelas das Debêntures, o Agente Fiduciário, deverá instruir, mediante envio de instrução por escrito, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado, o Agente Depositário a disponibilizar os recursos existentes na Conta Vinculada, no montante equivalente ao valor da parcela vincenda, para pagamento das Debêntures junto ao Banco Mandatário, mediante depósito na Conta Banco Mandatário.

4.3.3 Dos Investimentos Permitidos

- 4.3.3.1 Durante a vigência desta Escritura, a Emissora poderá investir e/ou reinvestir os Recursos Depositados, a partir da Conta Vinculada, em uma ou mais modalidades dos investimentos, conforme estabelecidas no Anexo II do Contrato de Depósito Vinculado, por meio de notificação por escrito a ser enviada pela Emissora, com a expressa anuência do Agente Fiduciário, ao Agente Depositário, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado.
- 4.3.3.2 Caso seja necessário, para a excussão dos Investimentos Permitidos, a critério do Agente Fiduciário, a Emissora se obriga a registrar a cessão fiduciária de tais Investimentos Permitidos, às suas expensas, nos Cartórios de Títulos e Documentos de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como a notificar o Agente Depositário e o Agente Fiduciário de tal registro, no prazo de até 15 (quinze dias) Dias Úteis a contar da data de solicitação do Agente Fiduciário.
- 4.3.3.3 Liquidação Antecipada de Investimentos Permitidos: A Emissora poderá solicitar ao Agente Depositário, com a expressa anuência do Agente Fiduciário, que venda ou liquide os Investimentos Permitidos mediante envio de notificação, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado.

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR



24 AGO 12 871791

REGISTRADO E MICROFILME MADO
RIGOR DE JURE CAPITAL-SJ

Da formação do Fundo de Liquidez

A partir de cada Data de Verificação do Fundo de Liquidez, até a próxima, Data de Pagamento, conforme definida na tabela da Cláusula 5.20.1, o Fundo de Liquidez será constituído com os Recursos Depositados, que deverão ser equivalentes a, no mínimo, o valor da próxima Parcela de Amortização atualizada acrescida dos Juros Remuneratórios, conforme calculado pelo Agente Fiduciário. Quaisquer movimentações relativas à Conta Vinculada, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Liquidez, respeitado o quanto disposto nesta Cláusula 4 em relação aos Investimentos Permitidos, deverão ser realizadas mediante notificação do Agente Fiduciário ao Agente Depositário, observado o quanto disposto neste item e os termos do Contrato de Depósito Vinculado.

4.3.4.2 A qualquer momento, após a integral formação do Fundo de Liquidez nos termos da Cláusula 4.3.4.1 acima, e desde que não haja um Evento de Vencimento Antecipado em curso, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário que envie notificação para que o Agente Depositário libere os recursos da Conta Vinculada que excederem o valor necessário à integral formação do Fundo de Liquidez, para a Conta Livre Movimentação, livremente movimentável pela Emissora.

4.3.4.3 A sistemática de funcionamento e a operacionalização do Fundo de Liquidez, na forma prevista no item 4.3.4.1 acima, deverá ser mantida até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, quando quaisquer recursos depositados na Conta Vinculada, inclusive o Fundo de Liquidez, serão liberados pelo Agente Depositário para a Conta Livre Movimentação, mediante recebimento de instrução, por escrito, do Agente Fiduciário.

4.3.4.4 A cada Data de Verificação do Fundo de Liquidez, o Agente Fiduciário deve verificar se existem recursos suficientes na Conta Vinculada para liquidação da parcela vincenda, na primeira Data de Pagamento posterior a data em que se realiza a verificação, de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures bem como de sua respectiva parcela de Juros;

4.3.4.5 Não sendo o valor depositado suficiente para o pagamento da parcela vincenda na primeira Data de Pagamento posterior a data em que se realiza a verificação, nos termos da Cláusula 4.3.4.4 acima, o Agente Fiduciário deve notificar o Agente Depositário para que sejam retidos todos e quaisquer recursos depositados e que venham a ser depositados na Conta Vinculada, até a integral recomposição do

98 OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

23 AGO 82 1157241

RUA BOA VISTA
13-314-2º ANDAR



5º LÍQUIDO

246012 871791

Fundo de Liquidez, no valor necessário ao pagamento da parcela vincenda na primeira Data de Pagamento posterior a data em que se realiza a verificação.

- (i) No 5º (quinto) Dia Útil que antecede cada Data de Pagamento, não tendo sido verificado saldo suficiente na Conta Vinculada para pagamento da parcela vincenda, nos termos da Cláusula 4.3.4.4 acima, o Agente Fiduciário se compromete a realizar nova verificação junto ao Agente Depositário, para apurar se existem recursos suficientes na Conta Vinculada para liquidação da referida parcela vincenda;
- (ii) Não sendo o valor depositado suficiente para o pagamento da parcela vincenda referida na Cláusula 4.3.4.4 acima, mediante verificação realizada nos termos do item (i) da Cláusula 4.3.4.5 acima, o Agente Fiduciário deve notificar a Emissora, na própria data em que realiza a verificação mencionada no item (i) da Cláusula 4.3.4.5 acima, para a reconstituição do saldo do Fundo de Liquidez em tempo hábil para a liquidação financeira de referida parcela vincenda junto ao(s) Debenturista(s), nos termos da Cláusula 4.3.4.4.

4.3.4.6 A qualquer momento, entre a última Data de Pagamento transcorrida, excluindo esta, e a próxima Data de Verificação, excluindo esta, e desde que não haja um Evento de Vencimento Antecipado em curso, conforme verificado pelo Agente Fiduciário, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário que envie notificação para que o Agente Depositário libere os Recursos Depositados, ou parte deles, para a Conta Livre Movimentação, livremente movimentável pela Emissora.

4.4 Retenção de Valores na Conta Vinculada e Excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, em Garantia

- 4.4.1 Caso ocorra um Evento Vencimento Antecipado, nos termos da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não deverá permitir a liberação de todo ou de quaisquer Recursos Depositados para a Emissora, até que o referido Evento de Vencimento Antecipado seja integralmente sanado, nos termos da presente Escritura de Emissão.
- 4.4.2 Na hipótese de ocorrer a excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, conforme previsto nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá instruir o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado, requerendo que o Agente Depositário dê início à excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por meio: (i) do resgate dos Investimentos Permitidos; e (ii) da transferência dos Recursos Depositados, retidos na Conta

[Handwritten signature]



5907010

24 AGO 12 871791

Vinculada, a critério do Agente Fiduciário, necessários e adequados ao integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

CAPÍTULO V - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1 Número da Emissão

5.1.1 A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

5.2 Valor Total da Emissão

5.2.1 O valor total da Emissão é de até R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

5.3 Número de Séries

5.3.1 A Emissão será realizada em série única.

5.4 Quantidade de Debêntures

5.4.1 Serão emitidas até 6.500 (seis mil e quinhentas) Debêntures no âmbito da Emissão.

5.5 Banco Mandatário e Instituição Escrituradora

5.5.1 O Banco Mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. e a Instituição Escrituradora das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme definido na Cláusula 1.1 acima.

5.5.1.1 A Instituição Escrituradora será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e pela confirmação da titularidade do Debenturista.

5.5.1.2 Os contratos de prestação de serviços firmados entre a Emissora e o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora ficarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora.

5.6 Colocação e Procedimento de Distribuição

5.6.1 As Debêntures, somente após o implemento da Condição Suspensiva, serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM

TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
1157241-2º ANDAR

23



5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

n.º 476, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

5.6.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.6.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM n.º 476.

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM n.º 476.

5.6.6 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

5.6.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

5.6.9 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

5.6.10 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, que ocorrerá após o implemento das Condições Suspensiva e o registro previsto na Cláusula 3.5.1 acima, os Investidores Qualificados assinarão boletim de subscrição atestando estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise sobre a Emissora e a Emissão.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 914-2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado.

5.8 Valor Nominal Unitário das Debêntures

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo respeitada a subscrição mínima definida pelo artigo 4º, II, da Instrução CVM n.º 476.

5.9 Forma

5.9.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

10. Conversibilidade

10.1 As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

11. Comprovação de Titularidade

5.11.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será reconhecido igualmente como comprovante de titularidade o extrato em nome do titular da Debênture emitido pela CETIP.

5.12 Espécie

5.12.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantias adicionais, nos termos das Cláusulas 5.32 e 5.33 abaixo.

5.13 Preço de Subscrição e de Integralização

5.13.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a

1ª OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

UA BOA VISTA
314-2º ANDAR

25



24AGO12 871791

Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as fórmulas abaixo e observada a Clausula 5.7 acima.

5.13.2 As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado desde a Data de Emissão, pela variação do IPCA/IBGE, sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Data de Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{12}} \right]$$

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior a Data de Aniversário. Na própria Data de Aniversário ou após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data de Emissão ou da última Data de Aniversário até a data do cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice

1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23AGO12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

considerado na atualização do ativo, sendo "dup" um número inteiro; e

"dut" é o número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou última Data de aniversário e a próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

(a) O número índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

(b) A aplicação do IPCA/IBGE será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;

Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês; e

(c) Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IPCA/IBGE, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

5.13.3 O cálculo dos Juros Remuneratórios para efeito de subscrição será efetuado considerando o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme abaixo:

$$J = VNa \times (Fator.Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VA OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

27



24 AGO 12 871791

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 8,5 taxa de juros anual fixa base 252 dias úteis; e

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

5.14 Prazo de Vigência e Data de Vencimento

5.14.1 O prazo de vigência das Debêntures se iniciará na Data de Emissão e se encerrará em 15 de dezembro de 2020, sendo esta a Data de Vencimento das Debêntures. Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 5.15.1 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Vencimento.

5.15 Cálculo do Saldo Devedor com Atualização Monetária, Juros e Amortização

5.15.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à Atualização Monetária, calculada nos termos das Cláusulas 5.16 e 5.17 abaixo, e Juros Remuneratórios, calculados conforme Cláusulas 5.18 e 5.19 abaixo.

5.16 Atualização Monetária das debêntures

5.16.1 As Debêntures contarão com atualização monetária, incidente sobre cada Parcela de Amortização, desde a Data de Emissão, até a Data de Pagamento da respectiva Parcela de Amortização, de acordo com o quadro na Cláusula 5.20.1 abaixo, pela variação do IPCA/IBGE, sendo o produto dessa atualização incorporado a esta automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$PAA_N = PA_N \times C$$



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

5903103

24 AGO 12 871791

REGISTRADO EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO CAPITAL - RJ

PAA = Parcela de Amortização Atualizada de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

PA_N = Parcela de Amortização de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, conforme definido na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo;

N = Número inteiro relativo à cada Parcela de Amortização em questão;

N = 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; e

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior a Data de Aniversário. Na própria Data de Aniversário ou após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data de Emissão ou da última Data de Aniversário até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = é o número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou última Data de Aniversário e a próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro

98 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

29



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRADO E INSCRITO
2012 1157241-1 RJ

Observações:

(a) O número índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

(b) Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês;

(c) A aplicação do IPCA/IBGE será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês; e

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IPCA/IBGE, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

5.17 Periodicidade de Pagamento da Atualização Monetária

5.17.1 A Atualização Monetária de cada parcela de amortização das Debêntures será paga anualmente a partir de 15 de dezembro de 2014, juntamente com a Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios em questão, sendo certo que a data de pagamento da primeira Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios será 15 de dezembro de 2014 e a última será 15 de dezembro de 2020, conforme definido na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo.

5.18 Juros Remuneratórios de cada Parcela de Amortização

5.18.1 O cálculo dos Juros Remuneratórios de cada Parcela de Amortização será efetuado em conjunto com a Atualização Monetária conforme abaixo:

$$J = \{PAA_n * (\text{Fator Juros} - 1)\}$$

Onde:

9ª ORIGINAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO EM MICROFILME NO

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 34 - 2º ANDAR

590810

24 AGO 12 871791

REGISTRADO EM MICROFILMADO

PROT. JARFIO 2011-11-21



- valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

PAA_w = Conforme definido na Cláusula 5.16 acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]$$

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-23 ANDAR

onde:

Taxa = 8,5 taxa de juros anual fixa base 252 Dias Úteis; e

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

5.19 Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.19.1 Os Juros Remuneratórios de cada Parcela de Amortização das Debêntures serão pagos anualmente a partir de 15 de dezembro de 2014, juntamente com a Parcela de Amortização Atualizada em questão, sendo que a data de pagamento da primeira Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios será 15 de dezembro de 2014 e a última será 15 de dezembro de 2020, conforme definido na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo.

5.20 Amortização Programada

5.20.1 O Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas anuais e consecutivas conforme a tabela a seguir, após o término do Período de Carência. O 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 15 de dezembro de 2014 e o último em 15 de dezembro de 2020. Em caso de amortização extraordinária, os percentuais de amortização e os valores das parcelas abaixo relacionados serão alterados de forma que os novos percentuais totalizem 100% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário.



SPOTISSO

24 AGO 12 871791

REGISTRADO E MICROFILMADO

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures a ser Amortizado	N	Parcela de Amortização de Ordem N
15.12.2014	4,50%	1	450,00
15.12.2015	11,50%	2	1.150,00
15.12.2016	13,70%	3	1.370,00
15.12.2017	16,50%	4	1.650,00
15.12.2018	19,00%	5	1.900,00
15.12.2019	17,70%	6	1.770,00
15.12.2020	17,10%	7	1.710,00

5.21 Aquisição Facultativa

5.21.1 Caso haja disponibilidade de venda no mercado secundário, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir parte ou a totalidade das Debêntures em Circulação, desde que respeitada todas as regras da CVM a esse respeito.

5.21.1.1 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 5.21.1 acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

5.22 Resgate Antecipado Total

5.22.1 A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, exclusivamente nas datas dos pagamentos previstos na Cláusula 5.20.1 acima, após deliberação de assembleia geral extraordinária da Emissora, promover o resgate antecipado total das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

5.22.2 Quando do resgate antecipado total, haverá, além do pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, incluindo o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as fórmulas previstas na Cláusula 5.18.1 acima, o pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre o saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas.

5.22.2.1 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão canceladas pela Emissora.

5.22.3 O resgate antecipado resultante do direito previsto na Cláusula 5.22. acima somente poderá ocorrer mediante Comunicação de Resgate, enviada pela Emissora, com o auxílio

24 AGO 12 871791



operacional do Agente Fiduciário, a todos os Debenturistas, sem distinção, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da Data de Resgate Antecipado. A Data de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil e a CETIP deverá ser comunicada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data de Resgate Antecipado.

5.22.3.1 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas, a título de resgate antecipado, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a Data de Resgate Antecipado, calculados *pro rata temporis*, de acordo com as fórmulas previstas na Cláusula 5.18 acima, bem como da multa prevista na Cláusula 5.22.2 acima; (iii) a quantidade de Debêntures a serem resgatadas, sendo certo que para fins de resgate total das Debêntures, deverão constar todas as Debêntures que estiverem em circulação; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.22.3.2 A Comunicação de Resgate deverá ser publicada na forma de Aviso aos Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 5.29 abaixo.

5.23 Amortização Extraordinária

5.23.1 A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, exclusivamente nas Datas de Pagamento previstas na Cláusula 5.20.1 acima, após deliberação de assembleia geral extraordinária da Emissora, promover a amortização extraordinária, parcial, das Debêntures em Circulação, limitado a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal, neste caso desde que o saldo do valor nominal após a amortização extraordinária seja ao menos equivalente a 10% (dez por cento) do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão.

5.23.1.1 A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária acerca da decisão de promover a amortização, na forma mencionada na Cláusula 5.23.1 acima. A Data de amortização extraordinária deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil e a CETIP deverá ser comunicada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da amortização extraordinária.

5.23.2 Quando da amortização extraordinária, haverá, além do pagamento integral da parcela do saldo devedor das Debêntures referente à amortização, incluindo a parcela do Valor

98 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou a parcela do seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as formulas previstas na Cláusula 5.18, o pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre a parcela do saldo devedor das Debêntures a ser amortizado.

5.23.2.1 A amortização extraordinária parcial alcançará proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação.

5.23.3 A amortização extraordinária resultante do direito previsto na Cláusula 5.23.1 acima somente poderá ocorrer mediante publicação da ata da assembleia geral extraordinária da Emissora mencionada na Cláusula 5.23.1 acima nos Jornais de Publicação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária. A data da amortização extraordinária deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP deverá ser comunicada com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.23.3.1 Na ata da assembleia geral extraordinária da Emissora mencionada na Cláusula 5.23.1 acima deverá constar: (i) a data de amortização extraordinária; (ii) o percentual de amortização, e a menção do valor a ser pago; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da amortização extraordinária.

5.24 Repactuação Programada

5.24.1 As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

5.25 Multa e Juros Moratórios

5.25.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, sem prejuízo da Remuneração das Debêntures prevista na presente Escritura de Emissão, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, além das despesas incorridas para cobrança.

5.26 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

ARQUIVO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
11314-29 ANDAR

 34



24 AGO 12 871791

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.25 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração ou qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

5.27 Forma e Local de Pagamento

5.27.1 As Debêntures serão devidas e pagas pela Emissora através da CETIP ou do Banco Mandatário, conforme posição de custódia do Debenturista.

5.27.1.1 Para as Debêntures depositadas na CETIP, todos os pagamentos devidos aos titulares das Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. Caso, excepcionalmente, por qualquer motivo, os titulares das Debêntures não estejam vinculados a esse sistema, os pagamentos serão feitos por meio do Banco Mandatário da presente Emissão, na Cidade e Estado de São Paulo, contra a apresentação do extrato da Instituição Escriuradora.

Caso a Emissora, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com o Banco Mandatário, solicite alterações na minuta de cálculo relativa a valores que têm direito os titulares das Debêntures, por entender que esta se apresenta imprecisa ou ambígua ou de outro modo inconsistente com qualquer disposição desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, uma vez verificada a procedência da alteração solicitada pela Emissora com base nos termos da presente Escritura de Emissão, deverá aprovar prévia e tempestivamente as alterações solicitadas pela Emissora, sendo certo que todo e qualquer valor pago aos titulares das Debêntures é previamente aprovado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário nos prazos indicados no contrato de prestação de serviços firmado com o Banco Mandatário.

5.28 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pela Emissora até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso o vencimento coincida com um dia que não seja Dia Útil, sem que haja qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

35

24 AGO 12 871791

REGISTROS MICROFILMADO
FDD JANEIRO-CARAL-RJ



5.28 Comunicação
5.28.1 As comunicações aos interesses dos Debenturistas deverão ser publicadas na forma de Aviso aos Debenturistas nos Jornais de Publicação.

5.30 Publicidade

5.30.1 Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver Interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM n.º 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

Imunidade de Debenturistas

5.31.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de Imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.32 Garantias Reais

5.32.1 As Debêntures farão jus às seguintes Garantias Reais, após o implemento da Condição Suspensiva:

- (i) Alienação Fiduciária de 5.100 (cinco mil e cem) ações ordinárias de emissão da Emissora, representativas de 100,00% (cem por cento) de seu capital social, de propriedade de seus acionistas, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Campos dos Goytacazes e da Cidade do Rio de Janeiro, ambas no Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade e Estado de São Paulo, e foi aprovado pela reunião da diretoria da Controladora em 01 de agosto de 2012;

SE OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
314-2º ANDAR

[Handwritten signatures]



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

(ii) Alienação Fiduciária de máquinas, equipamentos e outros bens localizados na planta industrial da Unidade Produtiva Isolada da antiga Usina Santa Cruz que será adquirida por meio de alienação judicial no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, formalizada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinário, que será devidamente registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade e Estado de São Paulo, e foi aprovado pela AGE da Emissora;

(iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios obtidos pela Emissora com a comercialização de melão para a Alcool Química, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade e Estado de São Paulo, e foi aprovado pela AGE da Emissora;

(iv) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade e Estado de São Paulo, e foi aprovado pela AGE da Emissora.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

5.33 Aval

5.33.1 Além das Garantias Reais mencionadas na Cláusula 5.32 acima, as Debêntures contarão com garantia adicional de aval, prestado pela Avalista, nos termos dos artigos 897 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 30 e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, aprovada pelo Decreto n.º 57.663, de 24 de janeiro de 1966, conforme alterado.

5.34 Vencimento Antecipado

5.34.1 Observado o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios definidos na Cláusula 5.18 e multa prevista na Cláusula 5.25, devido até a data do efetivo pagamento, calculado de forma *pro rata temporis*, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, mediante entrega à Emissora de comunicação por escrito,

24 AGO 12 871791



tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, sendo cada um, Evento de Vencimento Antecipado:

descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, não sanadas em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;

- (ii) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou por seus acionistas controladores e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nos Documentos da Operação e/ou na legislação em vigor aplicável, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

- (iii) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou pela Avalista e/ou por seus acionistas controladores, exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das suas controladas e/ou da Avalista e/ou de seus acionistas controladores até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (iv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e pela Controladora nos Documentos da Operação;
- (v) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou pela Avalista e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;

- (vi) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, de suas controladas, e/ou da Avalista e/ou de seus acionistas controladores;

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NO

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
1º 314-2º ANDAR

[Handwritten signature]



24 AGO 12 871791

distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seu acionista, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nos Documentos da Operação, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre o capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório;

(viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado proferida por tribunal competente contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento;

(x) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de registro das Debêntures junto à CETIP, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

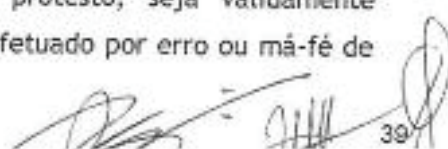
(xi) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, no mercado financeiro e/ou bancário local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não sanadas em até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;

(xii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou os seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores sejam responsáveis, ainda que indiretamente, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR





24 AGO 12 871791

terceiros; (b) o protesto for cancelado, ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;

se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas de mesma classe da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal ou assumidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - InvesteRio ou com o Fundo de Investimento de Campos - FUNDECAM;

- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nos Documentos da Operação, sem a prévia anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (xv) venda, cisão, fusão, incorporação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que resulte em alteração, direta ou indireta, do controle societário da Emissora, que reduza a classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissora, salvo se tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto abaixo;
- (xvi) não observância pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou pela Avalista e/ou seus acionistas controladores de quaisquer das declarações e garantias indicadas nos Documentos da Operação;
- (xvii) qualquer alteração ou modificação do objeto social da Emissora, salvo se previamente aprovada por titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto abaixo;
- (xviii) na hipótese de as Garantias não estarem devidamente constituídas nos prazos máximos estipulados nos respectivos instrumentos. Entendem-se por Garantias devidamente constituídas, todos os procedimentos para que os documentos estejam com as assinaturas das respectivas partes e de testemunhas, bem como



24 AGO 12 871791

verificados os poderes dos representantes dessas partes, a obtenção de eventuais aprovações societárias e anuências e a efetivação dos respectivos registros junto aos Cartórios de Títulos e Documentos, ou Juntas Comerciais, conforme o caso;

- (xix) se a presente Escritura de Emissão for declarada nula, anulada, inválida ou ineficaz;
- (xx) em caso de desapropriação total ou parcial da Área de Implantação, por decisão administrativa ou judicial, ou em caso de imissão do poder público expropriante na posse direta da Área de Implantação, que impossibilite a adequada consecução dos objetivos da Emissora, conforme seu objeto social;
- (xxi) se não forem mantidos em dia os pagamentos de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições, lançados ou incidentes sobre a Área de Implantação, exceto se (a) notificada a pagar referidos débitos, realizá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação; ou (b) a exigibilidade dos referidos créditos estiver ou for suspensa nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional;
- (xxii) se, por qualquer razão, haja o abandono da Área de Implantação pela Emissora;
- (xxiii) se houver a deterioração ou perecimento total ou parcial, da Área de Implantação desde que resulte em uma Mudança Material Adversa;
- (xxiv) se, por qualquer forma, as Garantias forem objeto de alienação, promessa de alienação ou constituição de novos ônus que não respeitem a preferência das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4.3.1.4;
- (xxv) se houver a deterioração ou perecimento que resulte em uma Mudança Material Adversa, total ou parcial, de qualquer dos bens ou direitos objeto das Garantias, ou caso esses se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as Obrigações Garantidas e não venham a ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da data de comunicação recebida pela Emissora;
- (xxvi) se a Emissora prestar qualquer outra garantia, pessoal ou real, de qualquer espécie, incluindo a alienação fiduciária de quaisquer de seus ativos que resulte em uma Mudança Material Adversa, exceto nos casos do item xxiv acima;

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE MICROFILME NO

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 316-2º ANDAR

411



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

(xxvii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.2.2 acima; -RJ

(xxviii) descumprimento de quaisquer Cláusulas listadas no Capítulo VI- Obrigações Adicionais da Emissora, não sanadas em até 30 (trinta) dias após notificação feita pelo Agente Fiduciário;

(xxix) a ocorrência e continuação de um ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em uma Mudança Material Adversa, não sanadas em até 30 (trinta) dias;

(xxx) a não substituição ou reforço das Garantias, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário; e

(xxxi) a não recomposição do Fundo de Liquidez, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário contendo solicitação neste sentido;

(xxxii) o não recebimento pela Emissora ou pela Controladora, por qualquer motivo, do Termo de Transferência de Ativos, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Unidade Produtiva Isolada.

5.34.2 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas i, v, vi, viii, x, xvii, xix, xx, xxvii e xxxii da Cláusula 5.34.1 acima, o vencimento antecipado das Debêntures, será automático e independente de qualquer notificação à Emissora, sendo exigido o imediato pagamento mencionado no caput da Cláusula 5.34.1, sem prejuízo do período de cura definido nos termos dos Documentos da Operação;

5.34.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas ii, iii, iv, vii, ix, xi, xii, xiii, xiv, xv, xvi, xviii, xxi, xxii, xxiii, xxiv, xxv, xxvi, xxviii, xxix, xxx, e xxxi da Cláusula 5.34.1 acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para o prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da data de convocação, para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores terem curado o Evento de Vencimento Antecipado em questão até a data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas. A Assembleia Geral de

UN. OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

[Handwritten signature]



24 AGO 12 871791

Debenturistas somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia. Caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação à Emissora e exigir o imediato pagamento mencionado no caput da Cláusula 5.34.1.

5.34.4 Caso, sendo convocada a Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Cláusula e esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize, respeitada a forma de convocação e o quorum estabelecidos acima e não haja, (i) deliberação no momento de seu encerramento, ou (ii) quorum suficiente, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora mencionado no caput da Cláusula 5.34.1.

5.34.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures em razão da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP e ao Agente Depositário, informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CAPÍTULO VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter anualmente, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

98 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, ou até 3 (três) Dias Úteis após a data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, encaminhar ao Agente Fiduciário: (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas parecer dos auditores independentes; (b) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Documentos da Operação; e (c) os documentos necessários à reavaliação das Garantias;

(v) manter os documentos mencionados na alínea "iii" em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(vi) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em uma Mudança Material Adversa sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas;

(b) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Evento de Vencimento Antecipado e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em uma Mudança Material Adversa sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;

(c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28;

(d) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "xviii" da Cláusula 7.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;

1ª OFICINA DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

44



REGISTRO DE DOCUMENTOS E DOCUMENTOS

59 OFÍCIO

24 AGO 12 871791

convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (viii) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (ix) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, comunicando imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário;
- (x) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (xi) manter sempre, atualizados e em boa ordem os livros, registros societários, bem como sua contabilidade, de modo a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de sua realização;
- (xii) disponibilizar atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (xiii) não realizar operações fora de seu objeto social;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com os Documentos da Operação, com o Contrato de Distribuição celebrado com o Coordenador, e outros contratos celebrados com os demais prestadores de serviço no âmbito desta Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xv) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xvi) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa, judicial ou arbitral, cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157261

À BOA VISTA
1º 314-23-ANDAR



24 AGO 12 871791

(xviii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xix) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário e pelo Itaú Unibanco que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

(xix) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;

(xx) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

(xxi) tomar as medidas necessárias para:

(a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais;

(b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal após o início de sua operação industrial;

(c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;

(d) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação, após o início de suas atividades operacionais; e/ou

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

24 AGO 12 871791



estender as medidas elencadas nos itens "a" a "d", acima para as sociedades eventualmente sob seu controle;

(xxii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;

(xxiii) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente segurados, após o início de suas atividades operacionais, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;

(xxiv) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

(xxv) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora, o Itaú Unibanco, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(xxvi) fazer com que os recebíveis decorrentes do Contrato de Venda de Melaço sejam pagos em moeda corrente nacional e sejam depositados exclusivamente na Conta Vinculada; e

(xxvii) manter, sempre, a proporção entre as Obrigações Garantidas e as Garantias Reais, consideradas em conjunto, conforme percentual indicado na Cláusula 4.3. do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

6.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1 acima, nada nesta Escritura de Emissão restringe o direito da Emissora de (i) alterar, aditar ou renegociar o Contrato de Venda de Melaço, desde que os recebíveis decorrentes do Contrato de Venda de Melaço, conforme alterado, sejam suficientes para que a Emissora deposite na Conta Vinculada um valor equivalente ao necessário para constituir o próximo Fundo de Liquidez, a cada ano; e/ou (ii) substituir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios decorrentes do Contrato de Venda de Melaço, por Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos dos Documentos da Operação.

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

23 AGO 12 1157241

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº 1157241

24 AGO 12 871791

CAPÍTULO VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PRIMEIRO JANEIRO 2012 - RJ

7.1.1 A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão de interesses dos Debenturistas.

7.1.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
- (ii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
- (iii) conhece e aceita integralmente todas as cláusulas e condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação;
- (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, bem como os demais Documentos da Operação, e a cumprir com as obrigações que lhe são cabíveis nos termos destes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão bem como dos demais Documentos da Operação, constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições, após o implemento da Condição Suspensiva;
- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, bem como dos demais Documentos da Operação, e o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, bem como nos demais Documentos da Operação, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº.

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR



24 AGO 12 871791

não tem qualquer impedimento legal ou conflito de interesse, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, para exercer a função que lhe é conferida;

(viii) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Controladora que o impeça de exercer suas funções;

(ix) verificou, com base nos Documentos da Operação, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;

(x) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de Interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;

(xi) verificou a regularidade da constituição das Garantias, nos termos do aval prestado pelo Avalista nesta Escritura de Emissão, da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

(xii) está ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e

(xiii) que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Canabrava Agrícola S.A., com vencimento em 1º de dezembro de 2017, em que foram emitidas 2.000 (duas mil) debêntures, na data de emissão, no valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total de emissão de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento, relacionados à presente Emissão.

7.1.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24AGO12 871791

5ª Q/1000
sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e elaboradas nos termos da legislação aplicável.
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

7.2 Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

(i) Parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), pagáveis em parcelas trimestrais de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo o 1º (primeiro) pagamento devido no 5º (quinto) dia após a integralização da Debêntures, e os demais pagamentos nos mesmos períodos subsequentes, até o fiel cumprimento de todas as Obrigações Garantidas;

(ii) As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo IPCA/IBGE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário; (iii) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou nesta Escritura de Emissão, como configuradores de Evento de Vencimento Antecipado;

(iv) As parcelas trimestrais não incluem as despesas relativas aos impostos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza- IR, bem como outros quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário. Na presente data, as alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente, totalizam 11,15% (onze inteiros e quinze centésimos por cento), conforme composição a seguir: (a) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o IR; (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o PIS; (c) 3,00% (três por cento) para a COFINS; (d) 1,00% (um por cento) para a CSLL; e (e) 5.00% (cinco por cento) para o ISS.

(v) A Emissora mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23AGO12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

50



24 AGO 12 871791

necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

(vi) Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada pro rata temporis pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;

(vii) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou nesta Escritura de Emissão, como configuradores de Evento de Vencimento Antecipado;

7.2.2 O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, o pagamento eventualmente efetuado com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estará sujeito à multa ou penalidade.

7.2.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória convencional, Irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

Assinatura e rubrica com o número 51.



24AGO12 871791

pelos IPCA/IBGE, incidente desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata die*.

A remuneração prevista na Cláusula 7.2.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

7.3 Substituição do Agente Fiduciário

7.3.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

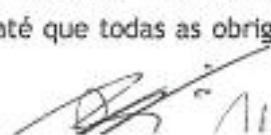
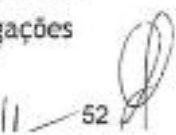
7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser arquivada na JUCERJA.

7.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, ou até que todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.

1º OFICÍO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23460 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

 52 

5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE MICROFILMADO



caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os termos e condições aqui descritos, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.3.7 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

Deveres e Obrigações do Agente Fiduciário

Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) realizar, como obrigação de meio, o acompanhamento dos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo certo que a emissão de declaração dos administradores da Emissora será suficiente para verificar tal acompanhamento;
- (iii) verificar a regularidade da constituição das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (iv) examinar a proposta de substituição dos bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- (v) intimar a Emissora a reforçar as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 157241

RUA BOA VISTA
Nº 44-2º ANDAR

[Handwritten signatures and initials]



24 AGO 12 871791

REGISTRO DE MICROFILMADO

realizar o acompanhamento da Conta Vinculada através dos acessos e relatórios que lhe forem disponibilizados pelo Itaú Unibanco e fornecer ordens de movimentação das referidas contas;

- (vii) cumprir com todas as obrigações assumidas como Agente Fiduciário, constituídas nos termos dos documentos de constituição das Garantias;
- (viii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (ix) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (x) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (xi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (xii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (xiii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (xiv) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

90 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

SE OFÍCIO

24 AGO 12 871791



solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, sendo certo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(xvi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;

(xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xviii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

SE OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

1157241
1 314-2º ANDAR



1ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 22 1157241

RUA BOCA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

24 AGO 12 871791

- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), Itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tal a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (j) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures.
- (xix) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "xviii" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, de cada semestre, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xx) comunicar aos Debenturistas, através de anúncio público em jornal, na forma da Cláusula 5.29 acima, às expensas da Emissora, que o relatório se encontra, à sua disposição nos locais indicados na alínea "xix" acima;
- (xxi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, à Instituição Escrituradora e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora



24 AGO 12 871791

expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário para os fins exclusivos da obrigação constante desta alínea "xxi";

(xxii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xxiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "xix" acima;

(xxiv) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;

(xxv) disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website;

(xxvi) sem prejuízo do disposto sobre Vencimento Antecipado acima, notificar os Debenturistas individualmente por correspondência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Coordenador Líder; e

(xxvii) acompanhar o Implemento da Condição Suspensiva para que a Emissora possa proceder ao registro e distribuição das Debêntures, conforme previsto nas Cláusulas 3.1 e 3.5 acima.

7.5 Atribuições Específicas


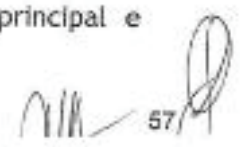
7.5.1 O Agente Fiduciário, após o implemento da Condição Suspensiva, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (1) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

  57



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

24 AGO 12 871791

REGISTRO EM MICROFILME Nº

- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) executar o Aval, a Alienação Fiduciária de Ações, a Alienação Fiduciária de Maquinário, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, bem como garantias adicionais que substituam as garantias relacionadas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas das alíneas "i" a "iv" da Cláusula 7.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea "v" da Cláusula 7.5.1 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

7.6 Despesas

7.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoção entre Cidades e Estados do Brasil e respectivas hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;

[Handwritten signature]



5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

CAPÍTULO VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO
FONDO DE LIQUIDEZ - RJ

Observado o implemento da Condição Suspensiva, a Emissora declara e garante às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;
- (ii) os valores depositados na Conta Vinculada serão ao menos equivalentes ao valor necessário para a formação do próximo Fundo de Liquidez, a cada ano, conforme disposto na presente Escritura de Emissão;
- (iii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a emissão das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Avalista e/ou sua Controladora sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (3) na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles eventualmente já existentes na presente data; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Avalista e/ou a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Avalista e/ou a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (vi) a Emissora tem ou terá todas as autorizações, concessões e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

1157241

23 AGO 12

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SEÇÃO

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

(vii) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental;

(viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação;

(ix) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

x) a Emissora manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(xi) a celebração da presente Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem:
(a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer norma legal que a vincule ou afete;

(xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou para a realização da Emissão, exceto pelo implemento da Condição Suspensiva, pelo arquivamento da Escritura de Emissão na JUCERJA e pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND;

(xiii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

61



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(xv) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;

(xvi) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(xvii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão; e

(xviii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.2 Observado o implento da Condição Suspensiva, a Controladora e Avalista declara e garante às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a concessão do Aval, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Avalista é parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

59 OFÍCIO

24 AGO 12 871791



ou instrumentos; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Avalista ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Avalista quaisquer de seus bens e propriedades;

(v) tem todas as autorizações e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

(vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(vii) a celebração da presente Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a concessão do Aval, foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer norma legal que a vincule ou afete;

(viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e

(ix) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Avalista, exequível de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral.

CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Convocação

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia, ou pela CVM.

9.1.2 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

[Handwritten signatures and initials]

99 OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 202 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 312-2º ANDAR



24 AGO 12 871791

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4 Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação - Assembleia.

9.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação - Assembleia, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.6 Salvo determinado quorum específico estabelecido na presente Escritura de Emissão, as demais deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da maioria simples dos Debenturistas presentes ao conclave.

9.2 Quorum de Instalação

9.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se unicamente as Debêntures em Circulação - Assembleia, conforme definida na Cláusula 1.1 acima.

9.3 Mesa Diretora

9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
11-314-28 ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE EMISSÃO FILMADO
PROCELA - CAMPOS - RJ

Quórum de Deliberação

- 4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular 1 (um) voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.
- 9.4.2 Ressalvados os casos previstos na presente Escritura de Emissão, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das Debêntures em Circulação - Assembleia que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.
- 9.4.3 Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 acima e respeitado o disposto nas Cláusulas 5.34.3 e 5.34.4 acima, relativas ao Vencimento Antecipado:
- (i) ressalvado o disposto no item (II) abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia; e
 - (ii) as alterações (a) na Remuneração; (b) nas Datas de Pagamento; (c) nas Cláusulas desta Escritura de Emissão que dispõem sobre hipóteses de Vencimento Antecipado; (d) no prazo das Debêntures; e/ou (e) nos dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia.
- 9.4.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 9.4.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.4.6 Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CAPÍTULO X - NOTIFICAÇÕES

- 10.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim



24 AGO 12 871791

como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(a) Se para a Emissora:

USINA SOBRASIL S.A.
Rua Abelardo Gomes Terra, n.º 24 (Parte), Parque Santo Amaro,
CEP. 28.030-095 - Campos dos Goytacazes - RJ
At.: Priscila Assis Schueler de Carvalho
Tel.: (21) 2109-3700
Fax: (21) 2109-3733
E-mail: priscilacarvalho@usinasobrasil.com.br

(b) Se para a Controladora/Avalista:

CANABRAVA BIOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Av. das Américas, 700, Bloco 6, Grupo 148 (parte)
CEP 22.640-100 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
At.: Priscila Assis Schueler de Carvalho
Tel.: (21) 2109-3700
Fax: (21) 2109-3733
E-mail: priscilacarvalho@usinacanabrava.com.br

(c) Se para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares,
CEP 04.530-001 - Itaim Bibi - São Paulo - SP
At.: Nelson Santucci Torres
Tel.: (11) 3048-9915 / 3048-9763
Fax: (11) 3048-9910
E-mail: nelson.torres@slw.com.br

23 AGO 2012 1157241

RECEBUE E DOCUMENTOS
Nº 1157241
23 AGO 2012

66



ALUGUEIRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

3º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CAMP 08 - RJ

Se para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.

Pça. Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04.344-030 - São Paulo - SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1394

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(e) Se para a Instituição Escrituradora:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

CEP 04.538-132 - São Paulo - SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1394

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(f) Se para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP: 01.452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596 / (11) 3365-4925

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE MICROFILME NA

10.2 As comunicações, conforme previstas nesta Cláusula serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROFESSOR CARLOS ALBERTO

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Renúncia

11.1.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.2.1 Esta Escritura de Emissão, após o implemento da Condição Suspensiva, e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.3 Cessão

11.3.1 Em caso de cessão parcial ou total das Debêntures, nos termos descritos nesta Escritura de Emissão, o cessionário das Debêntures passará a fazer jus a todos os direitos descritos nesta Escritura de Emissão, na proporção da dívida detida contra a Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, devendo anuir, quando da aquisição das Debêntures, a todos os termos e condições descritos nesta Escritura de Emissão.

23 AGO 12 1157241

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROFESSOR CARLOS ALBERTO



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

24 AGO 12 871791

resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Emissora podem ser diversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como:

- índices de inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais;
- racionamento de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico, incluindo, mas não limitado a políticas de controle cambial, que ocorram e possam afetar o País.

Adicionalmente, a Presidente da República tem poder considerável para determinar as políticas governamentais e atos relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e desempenho financeiro de empresas brasileiras. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Emissora, e por conseqüência, o seu desempenho financeiro.

Efeitos desfavoráveis da Retração no Nível da Atividade Econômica.

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar elevação no patamar de inadimplemento de pessoas físicas e jurídicas, incluindo o potencial patamar de inadimplemento dos atuais e futuros consumidores da Emissora.

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no País poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o Governo Federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e eventual desaceleração da economia mundial podem trazer impacto negativo para a economia brasileira e vir a afetar os patamares de taxas de juros, elevando despesas com empréstimos já obtidos e custos de novas captações de recursos por empresas brasileiras.

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

[Handwritten signatures and initials]



24 AGO 12 871791

REGISTRO DE DEBÊNTURES

Riscos Relativos ao Ambiente Macroeconômico Internacional.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito negativo na economia nacional.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

Além disso, em consequência da globalização, não apenas problemas com países emergentes afetam o desempenho econômico e financeiro do país como também a economia de países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, interferem consideravelmente no mercado brasileiro.

Assim, em consequência dos problemas econômicos em vários países de mercados desenvolvidos em anos recentes (como por exemplo, a crise imobiliária nos Estados Unidos da América em 2008), os investidores estão mais cautelosos na realização de seus investimentos, o que causa uma retração dos investimentos. Essas crises podem produzir uma evasão de investimentos estrangeiros no Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto nacional como estrangeiro, impedindo ou dificultando o acesso ao mercado de capitais. Desta forma, é importante ressaltar que eventuais crises nos mercados internacionais podem afetar o mercado de capitais brasileiro e ocasionar uma redução ou falta de liquidez para as Debêntures.

RISCOS AGRÍCOLAS

Uma vez que a Emissora tem, no seu processo produtivo, como principal matéria-prima a cana-de-açúcar, os riscos agrícolas inerentes a esta cultura foram considerados na previsão da produtividade e, consequentemente, em seu fluxo de caixa. Entretanto, a ocorrência severa de alguns dos riscos abaixo pode afetar adversamente a produtividade, bem como a capacidade de pagamento da Emissora.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

Riscos relacionados à ocorrência de pragas e doenças

A cana-de-açúcar pode ser atacada por vírus, bactérias, fungos e pragas, sendo que algumas delas, como alguns besouros e cupins, muitas vezes são observadas nas lavouras somente após terem causado danos, uma vez que são pragas de solo e, por isso, de difícil observação. Mesmo com medidas de prevenção, como inseticidas, os canaviais podem vir a sofrer infestações que podem afetar adversamente sua produção.

Riscos relacionados com a concorrência com outras culturas

No Brasil tivemos a aprovação do Decreto n.º 6.961/2009 com o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAECaná) que pretende orientar o cultivo de cana em áreas mais apropriadas e de maneira ordenada, minimizando os impactos ambientais. O Município de Campos de Goytacazes está enquadrado no zoneamento como região apta ao cultivo da cana-de-açúcar.

Entretanto, este zoneamento não impede que políticas públicas venham futuramente restringir a plantação de cana-de-açúcar por motivos ambientais ou sociais.

Riscos relacionados a fenômenos climáticos

É comum que ocorram adversidades climáticas que podem afetar direta ou indiretamente a produção agrícola, tais como: seca, granizo, geadas, vendaval, chuvas em excesso, dentre outras.

Dentre as adversidades climáticas existentes no Brasil, a seca é hoje a que causa maior impacto agrícola. Todavia, há registros históricos na área de cultivo de cana-de-açúcar, no norte fluminense, de enchentes que comprometeram a produtividade.

O Município de Campos de Goytacazes é descrito como apto para o cultivo de cana-de-açúcar, baseado em dados climáticos históricos pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Entretanto, mudanças climáticas podem acontecer prejudicando este zoneamento.

RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E SUAS OPERAÇÕES

Riscos relativos às atividades da Emissora e à sua condição de companhia em início de atividades

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24AGO12 871791

A Emissora foi constituída em 12 de junho de 2012 com o propósito específico de efetuar a aquisição, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, e 141, II da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e do art. 133, §1º do Código Tributário Nacional, do conjunto de bens e direitos relacionados à atividade de processamento de cana-de-açúcar, produção de açúcar e etanol e seus demais subprodutos que constituem a UPI. Além disso, a Emissora poderá desenvolver todas as atividades inerentes à UPI, tão logo tenha ocorrido a sua aquisição, incluindo, mas não se limitando, à plantação, compra e comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados, produção e comércio de cortes de cana-de-açúcar para reprodução, processamento industrial da cana-de-açúcar, produção, refino, venda no atacado e no varejo de produtos alimentícios e derivados *in natura* a partir do açúcar cristal, açúcar VHP, açúcar branco, açúcar mascavo, resíduos pulverizados de cana-de-açúcar, xarope de cana-de-açúcar, melaços, resíduos de cana-de-açúcar e leveduras, destilação de etanol a partir do processamento de cana-de-açúcar, geração combinada de energia elétrica a partir de biomassa, comércio no atacado de etanol, comércio de energia elétrica, comércio de créditos carbono, transporte de cana-de-açúcar e seus derivados, serviços agrícolas suplementares e serviços de armazenamento de derivados de cana-de-açúcar. Assim, devido ao estágio preliminar de operação da Emissora, a sua capacidade de implementar a estratégia de negócios proposta poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto internos como externos, conhecidos como desconhecidos.

Tendo em vista que o plantio de cana-de-açúcar ainda não foi integralmente concluído, não há como assegurar que o fornecimento estará garantido nos prazos propostos. Desta forma, os recursos que serão originados a partir da (i) venda de açúcar; e (ii) venda de melaço; podem ser afetados adversamente na hipótese de embargos da área, administrativos ou judiciais, em virtude de decisões judiciais ou propositura de ações que possam afetar o cultivo e a colheita da cana-de-açúcar.

Eventuais atrasos ou aumento de custos no plantio e na colheita podem provocar atraso no fornecimento de cana-de-açúcar. Adicionalmente, este atraso pode impactar negativamente o fluxo de caixa da Emissora, o que poderá suscitar a necessidade de capital adicional.

Além disso, a Emissora pode não ser capaz de adquirir de terceiros ou produzir cana-de-açúcar dentro do cronograma ou orçamento, devido a uma série de outros fatores e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a, falta de materiais, equipamentos, especialização técnica e mão-de-obra, condições climáticas adversas, fenômenos naturais, disputas trabalhistas, problemas imprevistos de cultivo e problemas ambientais ou geológicos que podem resultar no aumento dos investimentos para o

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

placido e a colheita de cana-de-açúcar e/ou no aumento do custo para aquisição de insumos junto a fornecedores.

A ocorrência de intempéries ou de condições diferentes das esperadas no momento do planejamento do cultivo podem ocasionar atrasos, dificuldades não antecipadas e contingências de naturezas diversas que podem implicar aumento nos custos e nos prazos do fornecimento de cana-de-açúcar, impactando negativamente o retorno dos investimentos e podendo impactar adversamente no pagamento das Debêntures.

Riscos relacionados ao setor de atuação e ao negócio da Emissora

A emissora tem como propósito a atuação em setores em que o preço de mercado dos produtos, como o açúcar e o etanol, são historicamente cíclicos e afetados pelas condições macroeconômicas do Brasil e do mundo.

Historicamente, o mercado internacional de açúcar passa por períodos de baixa oferta, resultando em aumento dos preços do açúcar e das margens de lucro do setor, seguidos de expansão do setor que resulta em excesso de oferta, causando a diminuição dos preços do açúcar e das margens de lucro do setor, o que pode afetar significativamente o resultado esperado pela Emissora. Tais condições de mercado, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional, estão fora do controle da Emissora.

Ademais, o preço do açúcar pode variar conforme (i) especulação do valor da commodity em bolsas; (ii) pelo cumprimento dos requisitos de exportação pelos produtores e pelos efeitos resultantes de tal cumprimento na oferta para o mercado interno; (iii) pela concorrência de adoçantes alternativos, inclusive a sacarina e o xarope de milho com alto teor de frutose; e (iv) pelas modificações nas políticas agrícola e/ou comerciais dos Estados Unidos e/ou do Brasil, ou desenvolvimentos relacionados ao comércio internacional.

Os preços do etanol, por sua vez, possuem forte correlação com os preços do açúcar. Uma redução nos preços do açúcar pode ter efeito adverso tanto sobre os resultados da Emissora no tange a comercialização de açúcar como sobre os negócios vinculados a venda e/ou produção de etanol.

Uma redução na demanda de etanol como combustível, ou uma mudança na política do governo brasileiro em relação à adição de etanol à gasolina, pode causar efeito adverso significativo aos da Emissora.

PR OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NA

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
100 314-2º ANDAR

74



24 AGO 12 871791

A Emissora também está obrigada a obter determinadas licenças, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos da operação. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir que a Emissora cumpra determinadas exigências, incluindo, mas não se limitando à compra e instalação de determinados equipamentos, a execução de controles ou alterações operacionais, que podem implicar em custo significativo para a Emissora. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de funcionamento das nossas instalações.

Riscos Relativos ao fato de a cana-de-açúcar ser o principal e portanto necessário insumo, e sem substituto direto, para consecução do projeto da Emissora

A Emissora é uma sociedade cujo propósito específico consiste, majoritariamente, no processamento da cana-de-açúcar para a produção de açúcar, melão e etanol.

Desta forma, caso não seja possível a obtenção de cana-de-açúcar da forma pretendida, a Emissora não disporá de outros recursos para arcar com suas obrigações perante os debenturistas.

Riscos relacionados ao fornecimento dos insumos ou serviços para plantio e colheita de cana-de-açúcar

Riscos relacionados ao fornecimento de insumos podem ocorrer como, por exemplo, (i) falta temporária de fertilizante, que comprometeria o cultivo da cana-de-açúcar; (ii) ausência de equipamentos para a colheita em tempo e/ou (iii) a falta temporária ou indisponibilidade de produtos químicos necessários à fabricação de açúcar e etanol. Estes riscos podem comprometer os custos previstos para estas atividades, bem como prejudicar a produção de cana-de-açúcar temporariamente.

Riscos relacionados ao emprego de mão-de-obra na colheita, seja pela ausência local da mesma, seja por restrição nas condições de trabalho, pode acarretar em aumento de custos ou inviabilizar a colheita em determinadas áreas.

Riscos relacionados aos preços de mercado

O açúcar, principal produto, a ser produzido e comercializado pela Emissora é uma commodity agrícola global. Sendo assim, a variação do seu preço está suscetível a

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 14 - 2º ANDAR



5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

fatores de oferta e demanda que transcendem as fronteiras do mercado brasileiro e, portanto, não são passíveis de controle por parte da Emissora. Essas variações podem impactar negativamente o retorno dos investimentos e adversamente no pagamento das Debêntures.

RISCOS RELACIONADOS À EMISSÃO E ÀS DEBÊNTURES

Riscos financeiros da Emissão

Há três espécies principais de riscos financeiros: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de recursos e/ou garantias; e (iii) risco de falta de liquidez, melhor descrito abaixo.

No caso da Emissora, o risco de descompasso entre as taxas de remuneração de ativos e passivos é mitigado pelo fato desta ter celebrado Contrato de Venda de Melaço com o mesmo índice de atualização das Debêntures.

A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos Investidores de vender as Debêntures.

A presente Emissão é realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, com o objetivo de dar mais agilidade e reduzir os custos de emissão das Debêntures, tendo em vista que a Emissão é realizada com esforços restritos e, segundo os ditames da Instrução CVM n.º 476, está isenta de registro perante a CVM e de apresentação do prospecto da Oferta.

As Debêntures adquiridas no âmbito da presente Oferta somente poderão ser negociadas após o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da respectiva integralização, e a venda só pode ser realizada entre Investidores Qualificados.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las.

Tendo em vista as particularidades de ofertas no âmbito da Instrução CVM n.º 476, é de se prever que a liquidez das Debêntures seja ainda menor do que a liquidez histórica, que já era baixa. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldades em realizar sua venda no mercado secundário.

1ª OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

24 AGO 12 871791

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

As obrigações da Emissora, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora, tais como: (i) pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Emissora e (ii) não cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão, entre outras.

A classificação de risco atribuída à presente Emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes na data de celebração desta Escritura de Emissão. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, os Debenturistas poderão encontrar dificuldades ainda maiores para obter o retorno esperado do Investimento.

Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações.

Risco de Estrutura

A presente Emissão tem o caráter de "operação estruturada", desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor.

No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de debêntures, em situações de controvérsia, poderá haver perdas por parte dos Debenturistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual. Não há garantias nem parâmetros seguros que possam lastrear de qualquer previsão ou indicativo do posicionamento dos tribunais brasileiros com relação às questões aqui tratadas.

Adicionalmente, por ser uma "operação estruturada", é recomendado aos Investidores efetuar a leitura completa de todos os documentos relacionados à Emissão de Debêntures bem como dos contratos referentes às Garantias. Ainda neste sentido,

99 OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR



24 AGO 12 871791

devem efetuar sua própria análise dos riscos envolvidos, inclusive no que se refere à constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias que lhe são concedidas.

Risco Tributário

Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando as partes a novos recolhimentos, ainda que relativo a operações já efetuadas, tanto com relação às Debêntures quanto com relação às atividades da Emissora.

Demais Riscos

As Debêntures também poderão estar sujeitas a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis às Debêntures, alteração na política econômica, dentre outros.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

Haja vista que o investimento nas Debêntures envolve uma série de riscos previsíveis e imprevisíveis, a presente Emissão não poderá ser considerada ou interpretada como uma garantia ou promessa de rentabilidade, ganhos e/ou retorno financeiro ao Debenturista.

11.6 Relacionamento entre as Partes

- 11.6.1 Além do relacionamento referente à Oferta Restrita, empresas do mesmo grupo econômico do Coordenador Líder prestam, ou podem vir a prestar, outros serviços para empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, dentre os quais a gestão de carteira de valores mobiliários do Canabrava Bioenergia Fundo de Investimento em Participações - Controle, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.565.053/0001-39, que tem por objeto captar recursos para investimento em sociedades do mesmo conglomerado econômico da Emissora, o qual se encontra em funcionamento.

11.7 Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

- 11.7.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

5º OFÍCIO

24 AGO 12 871791

Julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.8 Cômputo dos Prazos

- 11.8.1 Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, conforme alterada, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.9 Irrevogabilidade; Sucessores

- 11.9.1 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

CAPÍTULO XII - ARBITRAGEM

12.1 Legislação Aplicável e Cláusula Compromissória

- 12.1.1 Qualquer Conflito envolvendo qualquer uma das Partes, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara FGV.

A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara FGV em vigor no momento da arbitragem.

A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

- 12.1.4 Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes.

- 12.1.5 Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara FGV.

- 12.1.6 Os procedimentos previstos na presente Cláusula também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

DE OFÍCIO DO REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 2012 1157241

RUA BOA VISTA
Nº 334 - 2º ANDAR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

24 AGO 12 871791

arbitragem será realizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades.

- 12.1.8 A arbitragem será realizada em língua portuguesa.
- 12.1.9 A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.
- 12.1.10 A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.
- 12.1.11 A arbitragem será sigilosa.
- 12.1.12 O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara FGV, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes a pagar ou reembolsar (a) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (b) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.
- 12.1.13 As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei n.º 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei n.º 9.307/96.
- 12.1.14 Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à

9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

23 AGO 12 1157241

RUA BOA VISTA
13-314-2º ANDAR

80

24 AGO 12 871791



arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei n.º 9.307/96; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2012.

[Signature]
Emissora: Usina Sobrasil S.A.

Nome: PRISCILA ASSIS S. DE CARVALHO
Cargo: DIRETORA

Nome: Ludovico Tavares Giannattasio
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Felipe Coimbra Alô André
Cargo: Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

Nome: Nelson Santucci Torres
Cargo: Agente Fiduciário
SLWCVC Ltda.

[Signature]
Controladora e Avalista: Canabrava Bioenergia Participações S.A.

Nome: PRISCILA ASSIS S. DE CARVALHO
Cargo: DIRETORA

Nome: Antônio Luis de Mello e Souza
Cargo: Diretor

Testemunhas:

[Signature]
Nome: Daniel Silva Barbosa
RG: 34.616.792-9
CPF: 342.473.208-74

[Signature]
Nome: Marcelo D. Starling
RG: 10.800.311
CPF: 914.048.566-08